



Carta do Editor

Ladislau Dowbor

Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP

ladislau@dowbor.org

O presente número reflete a orientação de Pesquisa e Debate em buscar análises sistêmicas dos nossos desafios. A economia política não fica presa ao estritamente econômico, pois a economia real depende diretamente de opções políticas, de escolhas estratégicas para o país. E buscamos sempre experiências de outros países, como neste número o estudo sobre o sistema previdenciário da França, e a seguridade social na América Latina. Buscamos também dar relevo às dinâmicas tecnológicas, tão poderosas na atualidade, que nos levam para a dominância das novas plataformas, com os desafios que resultam para o mercado de trabalho. As análises que apresentamos sobre mecanismos de corrupção refletem igualmente a fragilidade da governança em geral, com os intrincados cruzamentos de objetivos públicos e de interesses privados. Buscamos também acompanhar como a economia pensa a própria economia, já que além da conceituação do que é ortodoxo e heterodoxo, desponta a necessidade de reformular os conceitos de maneira mais ampla. Boa leitura.

O primeiro artigo desta edição atual, **“The French pension system: a long-term macroeconomic perspective”**, de Pierre Concialdi, nos fornece uma perspectiva macroeconômica de longo prazo do sistema previdenciário francês desde o início do século XX. O autor começa revisando as principais etapas na construção do sistema previdenciário francês e identifica as principais características desse sistema atualmente. O artigo expõe três questões-chave que dominam o debate público sobre o sistema previdenciário: o impacto econômico das mudanças demográficas, o financiamento dos benefícios previdenciários e a relação entre aposentadoria, emprego e trabalho. A discussão destaca principalmente a dimensão política das escolhas a serem feitas para adaptar o sistema de pensões às futuras mudanças demográficas e econômicas.

O segundo artigo, escrito por Berenice Ramirez e intitulado **“Rutas y retos ante paradigmas diversos em la construcción de la Seguridad Social”**, apresenta os paradigmas associados à estruturação da Previdência Social na América Latina examinando e explorando: (i) os aprendizados do desenvolvimento da seguridade social e o percurso realizado; (ii) a desafiadora transição do direito trabalhista para os direitos humanos no contexto da seguridade social e (iii) as vias para estabelecer um novo paradigma do sistema.

Em **“Plataformização e Desestruturação do Mercado de Trabalho: o caso das empresas do setor financeiro no Brasil”**, Gustavo Machado Carverzan examina o fenômeno da "plataformização do trabalho" e como ele tem se expandido na economia brasileira, afetando setores que antes possuíam relações de trabalho mais estáveis. Nos últimos dez anos, as empresas financeiras no Brasil passaram por uma intensa reestruturação impulsionada por inovações tecnológicas, mudanças na legislação trabalhista e regulação do sistema financeiro. Isso resultou em uma fragmentação e



isolamento contínuos da força de trabalho do setor, incluindo os primeiros experimentos de plataformização do trabalho, desorganizando assim um segmento importante da classe trabalhadora brasileira.

Os autores Álvaro Moura e Vitória Batista escrevem o artigo **“As recentes políticas industriais automotivas brasileiras: uma comparação com as trajetórias tecnológicas alemãs”**, que compara as políticas industriais no setor automotivo do Brasil e da Alemanha desde 2008. O artigo analisa como a inovação e a tecnologia são desenvolvidas no Brasil e qual é a posição do país na cadeia global de valor desse setor. Os resultados da pesquisa apresentada no artigo mostram que a Alemanha investe mais em pesquisa e desenvolvimento no setor automotivo e prioriza a cooperação com outros atores do processo de inovação. Além disso, constatou-se que o grau de intensidade tecnológica do setor automotivo no Brasil diminuiu ao longo do tempo analisado.

Em **“As emendas parlamentares e o orçamento secreto: propósitos declarados e interesses (re)velados”**, de Damásio Alves Linhares Neto, discute as contradições entre as justificativas formais apresentadas para a implementação do orçamento secreto, chamado oficialmente de Emenda do Relator Geral do Orçamento, no contexto jurídico do Brasil, e sua verdadeira finalidade. O artigo conclui que, apesar das justificativas formais, a implementação do orçamento secreto teve como principal objetivo a cooptação de parlamentares para compor a base governamental no Congresso.

No artigo intitulado **“Uma interpretação institucionalista evolucionária sobre a corrupção”**, Alexandre Salles e Eduardo Toneto elaboram uma interpretação do fenômeno da corrupção mediante uma abordagem institucionalista evolucionária baseada nas teorias de Thorstein Veblen e Geoffrey Hodgson. A corrupção é vista como um comportamento complexo que surge da interação entre agentes, envolvendo conjuntos de regras, normas e significados específicos. A interpretação proposta adota uma perspectiva ontológica institucionalista, destacando que a evolução social e econômica é um processo contínuo, cumulativo e não linear, impulsionado por mudanças nas instituições. A principal conclusão alcançada é que a impunidade atua como um mecanismo que facilita, encoraja e/ou direciona a assimilação e reprodução de comportamentos corruptos, ao mitigar as graves consequências dessas violações das regras morais.

Em **“Fragilidades das previsões do Focus e do Copom”**, o autor César Locatelli avalia tanto a consistência das projeções e cenários utilizados pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, como se os subsídios provenientes da pesquisa de expectativas do mercado, compilados no Relatório de Mercado Focus, agregam informações úteis para as decisões de política monetária. O artigo tem por base uma análise realizada em 34 atas das reuniões do Copom entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2023. As conclusões apontam que as previsões, tanto do Relatório Focus quanto do Copom são frágeis, evidenciando que as decisões sobre a taxa básica de juros são tomadas em um contexto de incerteza. O artigo levanta a necessidade de se encontrar métodos mais eficientes para a construção de cenários ou aceitar que a



decisão da taxa básica de juros da economia possui um caráter eminentemente político.

Em “**A economia brasileira na literatura econômica: convergências e divergências nas abordagens ortodoxa e heterodoxa**”, Theodoro Spósito apresenta um panorama das publicações sobre economia brasileira nos principais periódicos de economia ortodoxa e heterodoxa, além de avaliar possíveis convergências e divergências entre essas abordagens. Os resultados destacam aspectos contextuais, históricos, sociais, geográficos e núcleos temáticos. A análise revela que os trabalhos publicados em periódicos heterodoxos abrangem uma gama maior de temas do que aqueles publicados em periódicos ortodoxos.

Em “**Quem está no comando? Poder entre grupos econômicos hegemônicos no Brasil**”, Eduardo Magalhães Rodrigues nos apresenta os bastidores do controle acionário no Brasil por meio de uma análise minuciosa das relações entre as 200 principais holdings do país. Em um contexto em que energia, finanças e saúde privada dominam, chama a atenção a concentração do poder acionário em um seleto grupo de empresas. Tal descoberta fomenta discussões acerca do papel do Estado em meio à predominância dos *clusters* privados, revelando um panorama intrigante do controle corporativo em solo brasileiro.